

A ORGANIZAÇÃO DO TEXTO DE OPINIÃO COMO REALIZAÇÃO DE INTENÇÃO

Waldivia Maria de Jesus

RESUMO Este artigo trata de questões que envolvem a organização do texto de opinião como instrumento de realizações de intenções comunicativas do escritor. Centra-se no ensino da estruturação desse tipo de texto, propondo a superação de alguns limites impostos às macroestruturas semânticas pelas “estruturas esquemáticas”, que embora não aceitem uma relativa estabilidade permitem uma ampla flexibilidade no uso da linguagem. Nessa perspectiva, os estudos da linguagem, segundo Koch e Fàvero (2002), são orientados para a comunicação, cujo objeto de estudo não é o texto como construção lingüística abstrata, mas o texto-em-funções (ou gramática dos atos de fala). Nessa concepção o foco é a produção e a recepção de manifestações lingüísticas com funções comunicativas. Para discorrer sobre essas questões nos apoiamos em Halliday (1970/75), Ducrot (1981), Weinrich (1981) Van Dijk (1978), Coseriu (1992). Como corpus de análise utilizamos um artigo extraído do editorial da Folha de São Paulo, cuja proposta é observar como a escolha do léxico, e modalização e o modo de estruturação sintática orientam a argumentação para a conclusão que o escritor deseja.

PALAVRAS -CHAVE: intenção comunicativa, escolha lexical, função da linguagem.

ABSTRACT: This paper concerns questions that involve an organization of opinion text as a writer’s intentional communicative realization instrument. It’s centralized in the teaching of the construction of this text type to propose an overcoming of any limit imposed to the semantic

macrostructures by schematic structures, that although do not accept a relative stability, permits an ample flexibility in the use of the language. In this perspective, the studies of the language in Koch's and Favero's view (2002), are oriented to the communication, but the text-in-function (or speech acts grammar). In this conception the focus is the production and the reception of linguistic manifestation with communicative functions. In order to speak about this question we based on Halliday (1970/75), Van Dijk (1978), Ducrot (1981), Weinrich (1981), Coseriu (1992). As an analyst's corpus it was used an Folha de São Paulo paper, whose purpose is to observe how the lexical choice, the modalization and the mode of syntactic structuration guide the argumentation to the writer's conclusion.

KEY-WORDS: communicative intention, lexical choice, function of language.

Introdução

Neste trabalho, nosso objetivo principal consiste em focar a questão do ensino, enfatizando as múltiplas possibilidades de uso da linguagem dentro da "estrutura esquemática" do texto opinativo. Nessa perspectiva, a organização do texto se processa como um instrumento de realização de intenções comunicativas que circula entre dois pólos: o da intencionalidade e o da aceitabilidade. De acordo com suas intenções, o enunciador tende a fazer um recorte do referente (assunto a ser tratado), bem como fazer as escolhas lexicais que orientam a argumentação para a direção que ele deseja, sendo que essas intenções estão quase sempre subordinadas às questões contextuais: tempo, lugar e pessoa, que estão no plano da aceitabilidade. Em função dessas questões, o enunciador tende a modalizar seu discurso para adequar-se às diversas situações comunicativas.

No processo de produção textual, o ensino do uso da modalidade contribuiria para a compreensão da adequação no uso da linguagem, nos diversos contextos sociais onde os sujeitos desempenham diversos papéis para conquistar um espaço na sociedade. Essa conquista vincula-

se, em grande parte, da eficácia de seus discursos. Dessa forma, é relevante conscientizar o aluno da importância dessa adequação para que ele possa assumir uma posição crítica frente à linguagem e possa decidir, no ato da escrita, até que ponto ele deve se comprometer ou não com as proposições que expressa em seu texto.

A modalidade e a adequação do uso da linguagem

Halliday (1970) discorre sobre modalidade definindo-a como uma forma de participação do falante no evento da fala. Essa resulta da função interpessoal da linguagem (a linguagem como função de um papel). Nesse sentido, a modalidade está relacionada com a adequação da linguagem ao desempenho dos diferentes papéis do falante/escritor. Em outras palavras, quer dizer que o enunciador modaliza seu discurso para adequar-se às situações comunicativas. Em se tratando de produção textual, não basta conhecer uma gama de categorias lingüísticas; o mais importante é saber usá-las, adequando-as a cada situação com vistas a obter a eficácia no discurso.

Em 1975, o autor revisa essa teoria e passa a postular a modalidade como uma área de significações intermediárias entre dois pólos: positivo e negativo (o sim o não), postulando a existência de vários níveis intermediários entre esses pólos (graus de probabilidade e de habilidade), nos quais os falantes baseiam suas mensagens. Esses níveis referem-se às várias opções que estão à disposição do falante/escritor para comunicar os significados que deseja (são as várias possibilidades de uso da linguagem).

Nessa fase, ele passa a fazer distinção entre modalidade e modulação, sendo que a primeira é definida como forma de participação do falante no evento da fala. A segunda é definida como parte do conteúdo da sentença. Trata-se do significado que o falante atribui à sentença de acordo com suas crenças e suas convicções. Nesse momento, o autor estabelece uma primeira subdivisão de modalidade, relacionando a função da linguagem à forma da sentença. Isto significa que a sentença assume forma de proposição quando a linguagem é usada nas funções de afirmação ou de pergunta; e assume forma de proposta ao exercer a função de ordem ou oferta.

Ele passa a definir, também, o sistema de modalidade tomando a sentença como troca, como instrumento de interação. Nessa perspectiva, o autor reconhece que o isolamento das funções da linguagem só é possível do ponto de vista metodológico, uma vez que na produção todos os usos da língua são fundamentados em dois princípios essenciais: entender o ambiente (função ideacional) e influir sobre o outro (função interpessoal). Nessa perspectiva, a produção de um dado texto está quase sempre subordinada à sua recepção, e, conseqüentemente, à sua aceitação. Nesse sentido, o uso da modalização visa moldar o discurso em função da aceitabilidade dos receptores.

O ensino de redação superando a compreensão das tipologias

Conforme o exposto, o ensino da estruturação de um dado texto deve propiciar ao aluno um conhecimento que vai além da compreensão da superestrutura textual que, segundo Van Dijk (1978), trata-se de um esquema global abstrato que caracteriza um tipo de texto, sendo que os tipos se caracterizam por suas diferentes funções comunicativas, suas funções sociais e também por possuírem diferentes tipos de construção. O autor admite que as superestruturas não podem desempenhar essas funções em si, posto que só se manifestam por meio da estrutura de uma língua.

Em vista disso, propomos que o ensino de redação tenha como meta desenvolver no educando habilidades para estruturar um dado texto de acordo com as questões contextuais que envolvem o processo de produção. Isto requer a competência no uso da linguagem para achar o modo mais adequado de estruturação sintática dos enunciados dentro da “estrutura esquemática” argumentativa, que se dá por meio da escolha do léxico e do efeito de sentido que algumas palavras provocam numa dada situação comunicativa. Isto acontece porque o recorte que o enunciador faz da língua, não é aleatório, está de acordo com sua intenção comunicativa e com os participantes no evento da comunicação.

Nesse processo, as tipologias textuais contribuem para classificar um texto em descritivo, narrativo e dissertativo, porém isso não exclui a possibilidade de o texto dissertativo agregar elementos estruturantes do primeiro e do segundo. No texto-em-funções, por exemplo, a intercalação desses tipos de texto se torna um fator imprescindível, por exigir do enunciador

habilidades para buscar estratégias adequadas de estruturação de um dado enunciado de acordo com a situação comunicativa. Nessa perspectiva, uma estruturação consistente deve condensar elementos lingüísticos desses três tipos de textos, com vistas a obter a eficácia no discurso.

Entendemos que a eficácia do argumento depende, em grande parte, de sua forma de estruturação e esta envolve categorias lingüísticas da descrição e da narração. A demonstração de teses, por exemplo, torna-se mais consistente com a descrição de um estado de coisas que constitui a cena em que estas estão inseridas. E também os elementos lingüísticos da narração tais como os tempos verbais no pretérito imperfeito e no futuro do pretérito contribuem para a construção de estratégias argumentativas que visam atenuar o grau de comprometimento do enunciador com algumas proposições.

A propósito, Serafini (2004) afirma que a classificação de textos em narrativos, descritivos e expositivos-argumentativos ocorre por motivos didáticos, pois, um bom texto apresenta características mistas. Supomos que essa tendência se torna mais acentuada na estruturação do texto como um instrumento de realizações de intenções comunicativas do enunciador, pois na dinâmica do discurso essas formas de estruturação estão imbricadas e se complementam na busca de eficácia do discurso.

Posto isto, entendemos que a classificação de textos por tipologias é tão difícil como a classificação dos atos de fala em locucionário, ilocucionário e perlocucionário, segundo as suas funções. Da mesma forma, a classificação dos níveis de linguagem em sintático, semântico e pragmático, pois ambos se relacionam intimamente com vistas a dar conta da gama de significados contidos em cada mensagem. Sendo assim, concluímos que tais classificações devam funcionar para fins didáticos, pois na dinâmica discursiva, tanto os atos de fala quanto os níveis de linguagem se intercalam e se complementam.

A produção textual envolve, pois, elementos tanto do co-texto (produto lingüístico enunciado) como do contexto (representação semântica na memória), que abrangem quase todos os atos de fala e quase todos os níveis de linguagem, conforme podemos constatar no texto que vamos analisar. Nessa análise, propomos demonstrar que o ensino da estruturação do argumento deve levar em conta os vários fatores enunciativos que envolvem o processo de produção e requer uma ampla flexibilidade no uso da linguagem. Pois entendemos que o oposto disto é o ensino de

formas estereotipadas de estruturação baseadas em clichês, que podem resultar na alienação do pensamento do aluno.

Desta forma, o ensino do uso da linguagem deve ser prioridade no processo de produção e recepção de textos, uma vez que valoriza os papéis desempenhados pelos sujeitos no circuito da comunicação. Nessa perspectiva, os estudos desenvolvidos por Ducrot (1981) e Guimarães (1987) contribuem para a compreensão do valor semântico das palavras nas situações comunicativas, tendo-se em vista que eles ampliam a visão dos operadores argumentativos, que são mais que conectores e jutores de proposições, na dinâmica discursiva eles assumem um valor semântico que orientam a argumentação para determinada conclusão.

No texto que segue, extraído da Folha de São Paulo, de 27/04/2005, p. 2. e escrito por Clovis Rossi, propomos analisar esses aspectos, bem como a seleção lexical, o efeito de sentido de algumas palavras dentro do texto e a orientação argumentativa resultante desses procedimentos. Trata-se de uma forma de estruturação flexível, mesmo estando limitada pela “estrutura esquemática” argumentativa.

Análise do texto

?

1.SÃO PAULO- A julgar pelo que diz o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, basta.“consciência” para não
2.precisar pagar juros obscenos que são uma característica do Brasil, no governo anterior como no governo 3.Lula,
que, aliás, atacava o anterior entre outras razões pelos juros obscenos.
4.Agora, basta que a “população” deixe o “comodismo” para não precisar pagar juros tão altos, e, 5.principalmente,
no cartão de crédito. Quantos anos faz que o presidente não.frequenta um banco para 6.aplicar ou tomar dinheiro? Se
fizesse, ou se perguntasse a alguém que o faz antes de proferir seus 7.catastróficos improvisos saberia que as coisas
não são tão simples assim, simplórias, aliás.
8.Não adianta mudar de um banco para outro. Da noite para amanhã, até porque a.diferença entre .as taxas
9.cobradas por eles é pequena.
10. Se fosse tão fácil , por que Lula, como chefe de governo, continua pagando juros igualmente obscenos
11.aplicados à dívida brasileira, juros aliás, determinados por um.subordinado seu, Henrique.Campos 12.Meireles,
presidente do Banco Central, em conjunto com subordinados de Meireles e, portanto, de Lula?
13. O “non sense” das declarações do presidente deveria levar alguém, no Palácio do Planalto, a proibir Lula 14.de
fazer improvisações. Na semana anterior, ele já havia dito que o Brasil tirara a Alca da agenda, o que o 15.ministro
Celso Amorim, seu subordinado, viu-se obrigado a desmentir, porque era “non sense”.

16. Um executivo, o vice-presidente da Associação do Comércio Exterior do Brasil, José Augusto Castro, comentou, sobre a declaração que esperava que fosse “mais retórica e menos decisiva”.

18. É uma maneira delicada de dizer que não vale o que está escrito, no caso, o que está dito, quando sair de improviso da boca do presidente.

20. É perigoso esse descrédito da palavra presidencial, mas ele é o único responsável.

No texto, o autor propõe como título, apenas um ponto de interrogação que deve orientar a argumentação para uma determinada conclusão conforme sua intenção. O uso do verbo no infinitivo [1] *a julgar* substitui o gerúndio *julgando*, indicando um processo durativo, que leva o leitor a inferir que seu argumento girará em torno da análise de um processo enunciativo marcado pelo julgamento do discurso do presidente Lula.

Na introdução, o enunciador opta por um enunciado sem o sujeito da estruturação sintática, fazendo uso do verbo no infinitivo impessoal [1] *a julgar*. A escolha dessa forma de estruturação não é aleatória, por consistir, segundo Weinrich (1981; 153), num recurso por meio do qual o escritor apresenta aos leitores sua escala de valores de forma impessoal como componente de uma convenção geral e espera encontrar uma atitude valorativa a respeito da ação em questão que corresponda à escala de valores do leitor.

Na visão de Halliday (1975), o escritor escolhe o modo de seu enunciado e o sujeito da estruturação sintática como forma de dirigir a inserção dos participantes no circuito da comunicação. Neste caso, o uso do verbo no infinitivo visa passar a aparência de evidência objetiva com vistas a despertar o interesse do leitor e assim trazê-lo para a cena enunciativa fazendo-o participar da análise desse processo: a incoerência do discurso do presidente.

O autor vai construindo seu argumento por meio do recurso da comparação de duas realidades como forma de manter o leitor ativo e participativo, levando-o a concluir algo que esteja de acordo com sua escala de valores.

[2] *Os juroscenos são uma característica no Brasil, no governo anterior como no governo Lula*. Essa proposição evidencia o seguinte raciocínio: se antes de assumir a presidência da República x atacava y por pagar juroscenos, então por que razão ao assumir o poder x também o faz? Se o faz é porque as coisas não são tão simples o quanto se supunha que fossem, ou então x não tem consciência dos fatos. Seja o que for, seu discurso não condiz com a realidade dos fatos, portanto se constitui numa incoerência. Essa base argumentativa ancora-se nos

pressupostos teóricos de Ducrot (1981), para quem no processo de argumentação deve-se considerar a orientação argumentativa dos enunciados como forma básica de coerência textual.

Os princípios de coerência ultrapassando os limites do texto

Os princípios de coerência se estendem, também, ao relacionamento do conteúdo lingüístico com os elementos contextuais. Sendo assim, o enunciador atende as duas regras discursivas propostas por Coseriu (1992): a retórica e a dialética. A primeira diz respeito ao uso lingüístico adequado às situações: “o que se fala”, “como se fala”, em que ocasião se fala”. O enunciador mostra essa habilidade no uso da linguagem por meio da escolha do léxico e do modo de estruturação sintática. A segunda regra diz respeito ao uso coerente da língua, consiste, na argumentação, em planejar teses e enunciados para a demonstração das mesmas, de forma coerente. Neste caso específico, o enunciador demonstra, de forma consistente que o discurso do presidente consistira numa incoerência, uma vez que ele condena uma prática da qual é adepto (pagar altos juros da dívida brasileira).

O texto em análise tem sua superestrutura própria: premissa, hipótese e conclusão, que resulta na tipologia dissertativa que é quase fixa não aceita uma relativa estabilidade. Embora isso aconteça, o conteúdo lingüístico que preenche essa superestrutura é dinâmico e adaptável às diversas situações comunicativas. Dessa forma, entendemos que as estruturas esquemáticas que determinam um tipo de texto não são limitadoras da competência comunicativa como se supõem que fossem, pois no processo de ensino/aprendizagem essa limitação depende, em grande parte, do enfoque dado à questão das tipologias.

Van Dijk (1989) admite que as “estruturas esquemáticas” desempenham papel importante no processo de produção, compreensão e armazenamento do discurso, sendo, portanto, essenciais em qualquer modelo cognoscitivo que dê conta da produção do discurso. Compartilhamos com esse ponto de vista, pois entendemos que estas orientam tanto a escolha do léxico quanto o modo de estruturação sintática dos enunciados com vistas a obter a eficácia no discurso.

No texto em análise, o uso da interrogação, por exemplo, desencadeia uma série de argumentos que envolvem tanto as relações semânticas entre as proposições quanto as relações entre estas e o contexto. Esse recurso argumentativo visa levar os leitores a concluírem algo

condizente com a escala de valores do enunciador. Na proposição: [5/6] *Quantos anos faz que o presidente não frequenta um banco para tomar ou aplicar dinheiro?* observa-se que o fato de o enunciador dirigir a asserção por meio de uma pergunta e não por meio de uma afirmação, constitui um recurso argumentativo que visa levar o leitor a tirar suas próprias conclusões sobre o fato enunciado, e assim, isenta-se da responsabilidade com essa proposição.

Os tempos verbais como atitude comunicativa

Nessa situação comunicativa, o uso do modo subjuntivo também desempenha a função de manter o leitor ativo e participativo. [6] *Se o fizesse ou se perguntasse a alguém que o faz...*” mostra-se como recurso expressivo que, segundo Weinrich (1981), expressa uma indicação determinada ao leitor que pode analisar como orientação de sua conduta receptiva, com vistas a despertar seu interesse por uma situação modificável. Trata-se de uma forma de inserir o leitor no circuito da comunicação, mantendo-o interessado pela modificação desse estado de coisas.

As expressões que envolvem o futuro do pretérito [7] *Saberia que as coisas não são tão simples*, [12] *Deveria levar alguém no Palácio do Planalto a proibir Lula. Os verbos: deveria e saberia* expressam validade limitada, fato não confirmado, que equivaleria dizer (parece que). De acordo com Koch (2002), nesse caso o enunciador também não se responsabiliza pela exatidão do fato enunciado. Dessa forma, mais uma vez ele deixa as conclusões sob a responsabilidade dos leitores.

Vê-se, pois, que, a escolha do léxico pode atender a vários propósitos tanto na fala quanto na escrita. Dentre esses, a explicitação do campo semântico, a orientação da escala argumentativa, a posição de comprometimento ou neutralidade do autor, a ênfase do argumento etc. Na escrita essa escolha tende a ser mais criteriosa, pelo fato de não haver possibilidade de correção simultânea aos atos de fala.

Na proposição [7] *As coisas não são tão simples assim, simplórias aliás*, os advérbios: *tão, assim, aliás*, bem como os adjetivos: *simples, simplórias* desempenham a função de intensificadores do substantivo *coisas* (causas econômicas) desencadeadoras do discurso do presidente, reforçando, dessa forma, sua incoerência.

Vemos que a posição do autor vai se revelando mais pela explicitação do campo semântico do que pelo uso dos tempos do comentário. Na proposição [4] *Agora basta que a “população” deixe o “comodismo”*, o advérbio de tempo *agora*, marca a passagem de um estado de coisas do passado para um estado de coisas do presente, cuja base argumentativa seria: no passado **x** fazia parte da população comum e criticava **y**, que estava no poder, pela alta dos juros. Agora se inverteram os papéis, e repentinamente, **x** conclui que tudo pode mudar, dependendo do esforço da população. A palavra *basta* remete ao campo semântico da suficiência e do imediatismo e denuncia a incoerência entre os conhecimentos dados e os conhecimentos compartilhados socialmente, pois segundo uma convenção social, os inúmeros fatores conjunturais que contribuem para a alta dos juros ultrapassam ao domínio da consciência e do esforço da população.

Com base nos argumentos do enunciador, o discurso do presidente se torna incoerente não só pelo fato de ele não dispor de enunciados convincentes para a demonstração de sua tese: [4] *Basta que a população deixe o comodismo para não pagar juros tão altos*, como também por ser difícil encontrar interlocutores com quem possa compartilhar seu ponto de vista. Sob esse aspecto, Beaugrande & Dresler, (1981), apud Fávero (2002) argumentam que um texto incoerente é aquele que o leitor/alocutário não consegue descobrir nenhuma continuidade, comumente porque há uma série de discrepâncias entre a configuração de conceitos, relações expressas e o conhecimento de mundo anterior dos receptores.

Para demonstrar as palavras ou expressões do presidente, o enunciador recorre às aspas com a finalidade de marcar seu distanciamento. As aspas das palavras *população* e *comodismo* foram utilizados intencionalmente, como um recurso de diferenciação, que se destinam a mostrar que o enunciador se coloca além dessas palavras. Segundo Maingueneau (1997), elas indicam que estas palavras pertencem a outro espaço enunciativo cuja responsabilidade o locutor não quer assumir. Sendo assim, entendemos que no processo de produção e recepção de textos todas essas marcas têm um valor semântico que deve ser considerado independente da “estrutura esquemática” que orienta a produção.

A produção textual no co-texto e no contexto

A produção textual, envolve, pois, elementos do co-texto (produto lingüístico enunciado) e do contexto (representação semântica na memória). Segundo Marcuschi (2002), os tipos textuais são um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos e relações lógicas de tempos verbais.

Encontramos todos esses elementos no texto em análise, mas também constatamos relações que ultrapassam o nível das relações lógicas entre as proposições. Em função disso, reafirmamos que o co-texto e o contexto são faces da mesma moeda, portanto devem ser considerados no processo de produção textual. Dessa forma, ocorre-nos Weinrich (1981) afirma que as formas básicas de interação social não são separáveis das formas básicas de comunicação e ambas dispõem dos esquemas gramaticais.

Em se tratando do ensino de produção textual, o termo tipologia causa um certo impacto negativo nos atores envolvidos nesse processo. Supomos que tal fato aconteça porque a palavra tipo remete ao campo semântico de: invariável, estável, imutável, que parece, em princípio, incompatível com as multifunções da linguagem. Entretanto, é importante ressaltar que os aspectos sintáticos ou gramaticais são imprescindíveis para a construção das microestruturas textuais, e, conseqüentemente, para a construção das macroestruturas semânticas. Nesse sentido, Halliday (1975) argumenta que a gramática é acessível às pressões de uso. E Guimarães (1987) reitera ao afirmar que os operadores lógicos responsáveis pela estruturação do discurso argumentativo são mais que conectores de frases, já que eles têm um valor semântico que apontam para uma determinada direção.

A escolha lexical e a orientação argumentativa

No texto em análise, o enunciador faz a escolha lexical com a intenção de levar o enunciatário a concluir algo que esteja de acordo com sua escala de valores. O desejo de realização de suas intenções o leva a escolher certas categorias gramaticais em vez de outras, com vistas a buscar o efeito de sentido próprio para a situação comunicativa construída. Isto ocorre com a escolha do advérbio *aliás* usado fora de seu emprego original de contra-argumentação ao assumir valor enfático. [3] *no governo Lula, que, aliás*, atacava o anterior. [6] *as coisas não são tão simples assim, simplórias, aliás*. [10] *Juros, aliás, determinados por um subordinado seu*.

Essas escolhas estão relacionadas com a adequação no uso da linguagem, que nesse contexto, consiste em enfatizar três idéias básicas: as atitudes do governo Lula, as coisas simplórias de que fala o presidente e os agentes que determinam a alta dos juros.

As escolhas lingüísticas buscam quase sempre a constituição da cena para a demonstração de uma tese, mas não é só isso; visa, também, aumentar a força argumentativa com vistas a modificar um estado de coisas preexistente. Como exemplo, ao substituir o verbo *criticar* pelo verbo *atacar*, que remete ao campo semântico de *argüir, impugnar, acusar, hostilizar*, o enunciador confere ao seu discurso uma força argumentativa que reforça a tese de incoerência do discurso do presidente. Sendo assim, a escolha lexical tem grande relevância na construção da tessitura de um texto, pois, por meio dela, o enunciador vai moldando seu discurso e ao mesmo tempo vai orientando para a conclusão que deseja.

A produção textual vista por esse ângulo, se processa como um instrumento de realização de intenções comunicativas do enunciador que pode até se esforçar para demonstrar certa imparcialidade, de forma a tentar não impor seu ponto de vista aos leitores, conforme observamos no uso das interrogações, em que ele formula questões e deixa no ar as conclusões. [9] *Se fosse fácil, por que Lula como chefe de governo continua pagando juros igualmente obscenos aplicados à dívida brasileira?* Esse recurso, segundo Orecchioni (1996), expressa um esforço para apagar toda marca de existência de um enunciador individual.

No entanto, a autora reitera que essa é uma tarefa quase impossível, pois quando o enunciador seleciona certas unidades lingüísticas para verbalizar um objeto real ou imaginário, tomando-as como repertório léxico e sintático que propõe o código, ele pode utilizar os dêiticos, os advérbios e os adjetivos, e ao fazer essa opção se confessa, explicitamente, como a fonte da informação. No caso do texto em análise, podemos constatar esses fatos nas expressões: [6] *catastróficos improvisos (...) e coisas tão simples, simplórias.*

O esforço de imparcialidade do enunciador continua nesse trecho que constitui sua tese [13/15] *O non sense das declarações do presidente deveria levar alguém do Palácio do Planalto a proibir Lula de fazer improvisações. Na semana anterior ele já havia dito que o Brasil tirara a Alca da agenda, o que o ministro Celso Amorim, seu subordinado, viu-se obrigado a desmentir porque era non sense.*

O uso do futuro do pretérito *deveria*, expressa, segundo Weinrich (1981) validade limitada e descompromisso do enunciador com a proposição. Este tempo pertence ao mundo narrado, bem como os seguintes verbos (*tirara, viu-se, era, havia dito*): *pretérito mais que perfeito, pretérito perfeito simples, pretérito imperfeito e pretérito mais que perfeito composto*. Estes verbos situam-se além da temporalidade do mundo comentado, pois deixam de ter validade enquanto dura o relato. Aqui, o enunciador argumenta como se estivesse narrando, esse recurso expressivo, segundo Koch (2002), consiste numa metáfora temporal e visa amenizar o grau de comprometimento do enunciador com o fato enunciado.

A modalização e a subjetividade no uso da linguagem

É também uma forma de modalização do discurso, que, segundo Orecchioni (1996), está relacionada com a subjetividade no uso da linguagem, uma vez que o falante faz um recorte à sua maneira, utilizando-se de um universo referencial que impõe uma forma particular de utilização do código lingüístico. No texto em análise, esse recorte se processa pela escolha dos verbos *proibir e desmentir* que têm um valor semântico que ultrapassa o nível do texto, pois o primeiro remete ao campo semântico de: *impedir que se faça ou ordenar que não se faça*. O segundo remete a: *contradizer, negar, impugnar, discordar e discrepar*. Ambos se situam no campo semântico dos vocábulos pejorativos. O primeiro coloca o presidente no lugar do infante (aquele que não deve estar autorizado a falar); o segundo o coloca no lugar do mentiroso (o sujeito cuja palavra não tem crédito).

Sendo assim, a escolha do léxico pode servir à preservação ou ataque à face dos participantes do discurso. E, no caso, o uso dos verbos *proibir e desmentir* consiste numa forma de ataque, enquanto o uso do pronome indefinido *alguém* consiste numa forma de preservar a face desses participantes, pois nomear uma pessoa que possa proibir o presidente de fazer algo seria constrangedor tanto para quem nomeia quanto para a pessoa nomeada, porque só alguém que estivesse numa posição hierárquica superior poderia desempenhar esse papel: [13] *O non sense das declarações do presidente deveria levar alguém, no Palácio do Planalto, a proibir Lula de fazer improvisações*. Lembra Van Dijk (1978) que a elaboração de um texto requer o

conhecimento de laços entre as informações nele colocadas e os conhecimentos/informações que, supostamente, os leitores já possuem para aumentar ou corrigir seu próprio saber.

Conforme já exposto, o engajamento do enunciador, neste texto, se dá mais pela escolha do léxico do que pelos tempos verbais do comentário. Na proposição [15] *Na semana anterior ele já havia dito que o Brasil tirara a Alca da agenda*, a expressão: *na semana passada* remete a um tempo retrospectivo que aponta para os “improvisos catastróficos” do presidente, intensificando-os e passando para o leitor um valor de verdade. Da mesma forma, o advérbio de tempo *já* se apresenta, nesse contexto, com valor constativo e temporal que também reforça a idéia de reincidência do presidente em proferir atos de fala que contrariam o bom senso.

Outro recurso argumentativo, que o enunciador utilizou no texto em análise, é a autoridade polifônica, que, segundo Koch (2002), pode ser definida como incorporação que o locutor faz ao seu discurso, de asserções atribuídas a outros enunciadores. Como na proposição [16/17] *José Augusto Amorim comentou sobre a declaração que esperava fosse “mais retórica que decisiva”*. Essa prática discursiva visa imprimir ao discurso um valor de verdade. Significa dizer que a avaliação negativa da fala do presidente é compartilhada por outros participantes do discurso.

A intenção comunicativa e as funções da linguagem

Concluimos a análise desse texto com a proposição [20] *É perigoso o descrédito da palavra do presidente mas ele é o único responsável*, na qual, o uso do tempo presente indica que o enunciador se coloca numa atitude comunicativa de engajamento. Segundo Weinrich (1981; 150), trata-se de um tempo para realizar o comentário, que convida o leitor/ouvinte, por meio da troca do comentar, a receber o texto com um certo compromisso e a considerar-se, fundamentalmente, afetado por ele. Somente nesse final o autor faz sua avaliação da fala do presidente de forma explícita, comprometendo-se com a proposição.

Como vimos, por meio do uso desses recursos argumentativos, o enunciador vai tecendo seu discurso de forma a construir uma imagem negativa do presidente e, acreditamos, que consegue atingir suas intenções comunicativas. A estruturação do texto, nessa perspectiva, contempla todas as metafunções da linguagem, propostas por Halliday (1975), superando, dessa

forma, alguns limites impostos às macroestruturas semânticas pela “estrutura esquemática” argumentativa.

A função ideacional com a explicitação do campo semântico expresso por: *perigoso, responsável, atacar, desmentir, catastróficos, simplórias* etc.; A função interpessoal com os papéis desempenhados pelos participantes do evento comunicativo que foram explicitados na relação de independência/subordinação entre o presidente e seus funcionários; e a função textual com o papel desempenhado pela linguagem que consistiu em construir uma imagem negativa do presidente. É bom ressaltar, que na dinâmica do discurso, essas metafunções praticamente se fundem e se complementam com vistas a dar conta dos significados das sentenças. O próprio autor admite que sua classificação só é possível para fins didáticos.

Verificamos, pois, por meio dessa análise, que a linguagem desempenha múltiplas funções na dinâmica do uso e que, nessa dinâmica, as palavras desempenham diversas funções e provocam diferentes efeitos de sentido, de acordo com a situação comunicativa. Isto evidencia não só a importância para o ensino do uso da linguagem com vistas à produção e a interpretação de textos, como sua possibilidade prática, com qualquer tipologia textual e com alunos de diversos níveis de ensino, pois, embora a tipologia seja fixa e não aceite uma relativa estabilidade, seu conteúdo proposicional é flexível.

Considerações finais

Neste artigo, analisamos a organização do texto de opinião como instrumento de realizações comunicativas do enunciador, tomando como parâmetro os eixos da intencionalidade e o da aceitabilidade que têm como foco a produção e a recepção. Consideramos esses aspectos relevantes pela relação que propiciam e pelo seu potencial didático que permite inserir o aluno no circuito da comunicação, tornando-o agente de seu processo de escrita.

Como agente, o aluno tem necessidade de buscar suas próprias estratégias argumentativas em função dos prováveis receptores de seu texto e assim, passa a delinear suas idéias de acordo com suas próprias representações de mundo e não mais de acordo com as representações do professor.

Atribuimos igual relevância para a possibilidade de projeção de vários contextos de produção textual, e em função deles, fugir de situações estereotipadas de produção como as de sala de aula, nas quais o aluno escreve para o professor que vai corrigir seu texto e atribuir-lhe uma nota, que ele espera ser positiva.

Em resumo, concluímos que a limitação da competência comunicativa do aluno talvez não decorra das ações pedagógicas centradas nas tipologias textuais, mas provavelmente decorra de formas estereotipadas de estruturação do discurso dentro de uma dada “estrutura esquemática”. Pois, embora as macroestruturas semânticas sofram alguma limitação impostas pelas estruturas esquemáticas, ainda permite uma ampla flexibilização no uso da linguagem. Isto evidencia que essa limitação pode decorrer do enfoque dado às tipologias no processo de ensino. Assim sendo, propomos um enfoque que valorize o processo de produção e recepção de textos.

Bibliografia

- COSERIU, E. (1992). *Competência Lingüística*. Madrid: Gredos.
- DUCROT, O. (1981). *Provar e dizer: leis lógicas e argumentativas*. São Paulo: Global.
- FÀVERO, L. L. (2002). *Coesão e coerência textuais*. 9ª ed., São Paulo: Ática.
- _____ & KOCH, I. G. V. (2002). *Lingüística Textual: introdução*. 6ª ed., São Paulo: Cortez.
- GUIMARÃES, E. (1987). *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português*. Campinas: Pontes.
- HALLIDAY, M. A. K. (1970). *Functional diversity in language as seem from a consideration of modality and mood in English*. *Foundation of Language*. _____ (1975). *An introduction to functional grammar*. London: Edward.
- KOCH, I. G. V. (2002). *Argumentação e linguagem*. 7ª ed., São Paulo: Cortez.
- MAINGUENEAU, D. (1997). *Novas tendências e análise do discurso*. 3ª ed., Campinas: Pontes.
- MARCUSCHI, L. (2002). Gêneros textuais: definição e funcionamento. In DIONÍSIO, MACHADO, A. R. & BEZERRA, M. A. (org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- ORECCHIONI, C. K. (1996). *La enunciación de la subjetividad en la lenguaje*. Buenos Aires: UBA.

SERAFÍNI, M. T. (1991). *Como escrever textos*. 12ª ed., São Paulo: Globo.

VAN DIJK, T. A. (1978). *La ciencia del texto*. Buenos Aires: Piados.

_____ (1979). *Estructuras y funciones del discurso*. Aun: México.

WEINRICH, H. (1981). *Lenguaje en textos*. Madrid: Gredos.